



GABARITO 1
TARDE

CADERNO DE QUESTÕES

ASSISTENTE TÉCNICO LEGISLATIVO
INSPECTOR DE SEGURANÇA

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do CARTÃO-RESPOSTA.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 70 (setenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico Quantitativo e Analítico	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Atualidades	21 a 25
Ética do Servidor na Administração Pública	26 a 30
Processo e Poder Legislativo	31 a 40
Conhecimentos Específicos	41 a 70

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no Cartão-Resposta, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico:

“O essencial é invisível aos olhos”

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da prova e na eliminação do Concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material incolor e transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
5. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
6. O telefone celular deverá permanecer desligado e sem bateria, desde o momento da entrada até a retirada do candidato do local de realização das provas.
7. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
8. Somente após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato, ainda que tenha desistido do Concurso, poderá entregar o CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA **devidamente assinado e com a frase transcrita**, e retirar-se do recinto. No entanto, **APENAS** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do CARTÃO-RESPOSTA, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
10. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
11. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
12. Os gabaritos das provas serão publicados no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M., no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Velho mal disfarçado

Os cigarros e cachimbos eletrônicos são a nova roupagem tecnológica de um velho e conhecido produto que faz mal à saúde — o tabaco, principal causa evitável de doenças e mortes no mundo. Ao contrário do que tem sido divulgado, longe de ser um sonho para os fumantes, fumar (vaporizar) tabaco através destes dispositivos eletrônicos que liberam a nicotina pode se transformar num pesadelo para a saúde pública e um novo filão de lucro, um sonho para a indústria do tabaco.

O cigarro eletrônico produz um vapor que não é inofensivo. Ele tem mais de oito mil sabores, o que favorece a captação de adolescentes curiosos, além da sedução por novidades tecnológicas. A propaganda de cigarro, proibida na mídia, vem ressurgindo, induzindo os jovens, e mesmo personalidades e formadores de opinião, a acreditarem que o uso deste produto não gera prejuízos para a saúde. Além disso, não há estudos científicos que provem que eles ajudam a parar de fumar.

O vapor que conduz a nicotina às vias respiratórias do fumante de cigarro eletrônico não é composto somente por água, tendo em sua composição o gelo seco (propilenoglicol), substância que não é liberada para inalação por apresentar riscos de doenças respiratórias. O gelo seco, quando aquecido, forma outra substância (óxido de propileno) com evidências de ser cancerígena.

Embora o vapor não contenha alcatrão e monóxido de carbono — presentes na fumaça do cigarro convencional —, há diversas substâncias que causam doenças respiratórias, câncer de pulmão e em outros órgãos, tais como as nitrosaminas, creolina (acroleína), formol (formaldeído) e metais pesados. Também libera um anticongelante (etilenoglicol) que causa desde irritação na pele, olhos, nariz, garganta até convulsão, lesão cerebral, podendo chegar ao coma; e ainda pode causar má-formação no feto.

A cotinina, subproduto da nicotina, foi encontrada em níveis semelhantes aos da fumaça do cigarro em pessoas expostas ao vapor dos cigarros eletrônicos. Nesse caso, aplicam-se as restrições da Lei Antifumo brasileira.

Como representantes de entidades médicas, de pesquisa e da sociedade civil, nos sentimos no dever de passar aos leitores estas informações. Nossas principais preocupações são com a desinformação quanto aos riscos dos cigarros eletrônicos, que podem levar os jovens iniciantes e os fumantes que desejam parar de fumar a acreditar que somente o cigarro tradicional é o vilão.

O fumo de tabaco, em suas diversas formas e disfarces, vem enganando seus consumidores há longo tempo. Essa história já aconteceu com os cigarros de baixos teores. Estejamos em alerta, pois não há forma segura de consumo de tabaco. O fumo mata dois de cada três usuários e, com o cigarro eletrônico, não será diferente. Fumar e vaporizar são duas faces cruéis da mesma moeda cunhada no tabaco, que rouba os sonhos e a vida de seis milhões de pessoas a cada ano.

Stella Martins e Alberto Araújo. O Globo, 02/06/2015, "Opinião", 1º caderno, Página 15.

01. A leitura do texto possibilita concluir que:
- (A) o cigarro eletrônico produz, por aquecimento, vapor inalável
 - (B) a exposição ao vapor do cigarro eletrônico é inócua e irrestrita
 - (C) os que fumam cigarro eletrônico veem o cigarro tradicional como vilão
 - (D) as diferenças entre o cigarro convencional e o eletrônico, são inexistentes
02. Os autores estabelecem interlocução com eventuais leitores do texto, no intuito de aproximá-los de seu ponto de vista. Esse diálogo se explicita em:
- (A) Como representantes (...), nos sentimos no dever de passar aos leitores estas informações – 6º parágrafo
 - (B) Nesse caso, aplicam-se as restrições da Lei Antifumo brasileira – 5º parágrafo
 - (C) Além disso, não há estudos científicos que provem que eles ajudam – 2º parágrafo
 - (D) Estejamos em alerta, pois não há forma segura – 7º parágrafo
03. “O vapor que conduz a nicotina às vias respiratórias do fumante” – 3º parágrafo. De acordo com a norma gramatical, nesse caso, é obrigatório o emprego do acento grave indicativo de crase. Também se torna possível o uso do acento grave em:
- (A) Muitos desejam que se conduza o país a uma administração de maior transparência.
 - (B) Essas eram investigações que conduziam adiante a pesquisa desenvolvida.
 - (C) Quem burlar a lei antifumo será conduzido a autoridade competente
 - (D) Falta de informação e propagandas enganosas, costumam conduzir os usuários a equívoco
04. Em “desinformação quanto aos riscos dos cigarros eletrônicos” (6º parágrafo), o termo destacado assume idêntica função sintática e semântica daquela que desempenha em:
- (A) Muitos gostariam de maiores esclarecimentos quanto a esse assunto polêmico.
 - (B) Veio a confirmação do mal e tudo quanto era força e esperança se reduziu a espanto.
 - (C) Alguns se dedicam tanto a prevenir quanto a curar consequências do tabagismo.
 - (D) Todos precisam saber o quanto a vaporização do cigarro eletrônico é prejudicial.

05. A letra **g** é empregada com correção ortográfica em **roupagem** (1º parágrafo). Porém, **não** preenche corretamente a lacuna da palavra destacada em:
- (A) Seduzir os jovens faz parte da **estraté_ia** adotada por companhias de tabaco.
- (B) Não há certeza de que os cigarros eletrônicos **encora_em** a parar de fumar.
- (C) O usuário do cigarro eletrônico geralmente não reduz a quantidade de nicotina que **in_ere**.
- (D) Há receio de que o uso de cigarro eletrônico propicie aumento do número de **taba_istas**.
06. “Além disso, não há estudos científicos que **pro-vem** que eles ajudam a parar de fumar.” (2º parágrafo). Tendo em vista os sentidos do texto, a flexão do verbo em destaque no modo subjuntivo, numa oração adjetiva, exprime:
- (A) um fato considerado provável pelo enunciador
- (B) uma qualidade que determina e restringe a ideia expressa
- (C) uma consequência previsível da conjectura apresentada
- (D) um fim que os autores pretendem alcançar
07. “**Embora** o vapor não contenha alcatrão e monóxido de carbono — presentes na fumaça do cigarro convencional —, há diversas substâncias” (4º parágrafo). A conjunção inicial em destaque explicita a seguinte relação lógica existente entre essas duas orações:
- (A) condição
- (B) comparação
- (C) concessão
- (D) conclusão
08. “A propaganda de cigarro, proibida na mídia, vem ressurgindo” (2º parágrafo). As vírgulas são empregadas com função idêntica à que exercem nesse fragmento em:
- (A) Como representantes de entidades médicas, de pesquisa e da sociedade civil, – 6º parágrafo
- (B) causa desde irritação na pele, olhos, nariz, – 4º parágrafo
- (C) oito mil sabores, o que favorece a captação de adolescentes curiosos, – 2º parágrafo
- (D) O fumo de tabaco, em suas diversas formas e disfarces, – 7º parágrafo

09. Em “dispositivos eletrônicos **que** liberam a nicotina” – 1º parágrafo, o termo em destaque é um pronome relativo, pois se refere à termo expresso anteriormente e introduz uma oração adjetiva. **NÃO** é pronome relativo o termo destacado em:
- (A) a acreditar **que** somente o cigarro tradicional é o vilão – 6º parágrafo
- (B) o **que** favorece a captação de adolescentes curiosos – 2º parágrafo
- (C) mesma moeda cunhada no tabaco, **que** rouba os sonhos e a vida – 7º parágrafo
- (D) velho e conhecido produto **que** faz mal à saúde – 1º parágrafo
10. O uso da língua adequado à situação formal, respeitando as normas gramaticais estabelecidas para a língua padrão é indispensável na redação oficial. Considerando tal exigência, verifica-se como correta a seguinte frase acerca do cigarro eletrônico:
- (A) Precaução torna-se necessária, por não haverem provas consistentes de que o uso desse dispositivo seja seguro.
- (B) É perigoso, pois diversos estudos tem comprovado a relação entre a nicotina e o câncer.
- (C) O fumante mantém uma atitude viciosa, apoiando-se no dispositivo para enfrentar situações difíceis do cotidiano.
- (D) Não há comprovação científica dele ser menos danoso que o cigarro comum.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Em um arquivo foram colocados X processos. Contando-os de 8 em 8, de 9 em 9 ou de 15 em 15, sobram sempre 6 processos. A soma dos algarismos do menor valor possível do número X é igual a:
- (A) 15
- (B) 14
- (C) 13
- (D) 12
12. Em um congresso estão inscritos H homens e M mulheres. Sabe-se que o número de homens é maior do que 127 e menor do que 325, enquanto o número de mulheres está entre 98 e 127. Logo, a diferença (H – M) é um número:
- (A) maior do que 45 e menor do que 230
- (B) maior do que 1 e menor do que 226
- (C) maior do que 29 e menor do que 228
- (D) maior do que 2 e menor do que 232

13. A bibliografia para o conteúdo de Raciocínio Lógico contida em um edital de um concurso público indicava somente dois livros: A e B. Uma pesquisa realizada com N pessoas inscritas nesse concurso verificou que:

- 61 pessoas não consultaram o livro A;
- 87 pessoas não consultaram o livro B;
- 26 pessoas consultaram os dois livros;
- 94 pessoas consultaram o livro A.

O valor de N é igual a:

- (A) 136
- (B) 142
- (C) 155
- (D) 174

14. Em uma repartição pública, todos os documentos oficiais são identificados por um código formado por 4 caracteres. Os dois primeiros são consoantes distintas e os dois seguintes são algarismos não nulos. Três desses documentos foram assim identificados:

BK25 – XY44 – WP18

O número máximo de documentos oficiais que podem ser identificados segundo esse código é:

- (A) 34020
- (B) 35655
- (C) 35721
- (D) 38560

15. Em um escritório, uma regra estabelece que será advertido o funcionário que, durante um mês, chegar atrasado ao menos duas vezes ou faltar sem justificativa ao menos uma vez.

No quadro a seguir, estão relacionadas as datas das faltas sem justificativa e dos atrasos dos quatro funcionários desse escritório durante o mês de maio de 2015.

Funcionário	Faltas sem justificativa	Atrasos
Ana	11/5	-
Maria	25/5 e 26/5	11/5
Pedro	-	6/5, 13/5 e 14/5
Roberto	4/5	18/5 e 19/5

Seguindo rigorosamente a regra, foram advertidos em maio de 2015, os seguintes funcionários:

- (A) somente Ana e Pedro
- (B) somente Ana, Pedro e Roberto
- (C) Ana, Maria, Pedro e Roberto
- (D) somente Roberto e Maria

NOÇÕES DE INFORMÁTICA


16. O sistema de processamento de dados da Câmara Municipal do Rio de Janeiro opera com base nos seguintes princípios:

- Todas as transações de inclusão, de consulta e de exclusão dos dados armazenados, são processadas no momento em que ocorrem, de imediato.
- Não há armazenamento intermediário de dados.
- Não há processamento de dados por lotes.

Pelas características listadas, esse sistema opera na seguinte modalidade de processamento:

- (A) síncrona
- (B) offline
- (C) online
- (D) assíncrona

17. Um funcionário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro está acessando o *site* da instituição por meio do *browser* Internet Explorer 11 BR, em um microcomputador com Windows 8 BR. Em dado momento, ele executou o atalho de teclado

logotipo do Windows 

+ D, com a finalidade de acessar o seguinte recurso do sistema:

(A) Gerenciador de Dispositivos

(B) Painel de Controle

(C) Bloco de Notas

(D) Área de Trabalho

18. Após terminar a digitação de um texto no editor Word 2013 BR, um funcionário de nível médio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro posicionou o cursor do *mouse* no início do texto por meio da execução de um atalho de teclado e finalizou com o acionamento da tecla de função F7. O atalho de teclado e a finalidade do acionamento da tecla de função foram, respectivamente:

- (A) Ctrl + Home e formatar texto em duas colunas
- (B) Ctrl + Home e verificar a ortografia e gramática
- (C) Alt + Home e verificar a ortografia e gramática
- (D) Alt + Home e formatar texto em duas colunas

19. Observe a planilha abaixo, criada no Excel 2013 BR.





	A	B	C	D
1	PLANILHA REMUNERAÇÃO PESSOAL - 2015			
2				
3	Salário Base :	R\$ 788,00		
4				
5	FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIA	SALÁRIO
6	1. Alberto	Gerente	12	R\$ 9.456,00
7	2. Delson	Designer	7	R\$ 5.516,00
8	3. Guilhermina	Diagramador	4	R\$ 3.152,00
9	4. Manoel	Suporte	8	R\$ 6.304,00
10	5. Tibúrcio	Digitador	3	R\$ 2.364,00
11	SOMA TOTAL			R\$ 26.792,00

Em D6 foi inserida uma expressão que multiplica o salário base em B3 pelo valor de referência em C6, usando o conceito de referência absoluta em B3 e o de referência relativa em C6. Para finalizar, a expressão inserida em D6 foi copiada para as células D7, D8, D9 e D10.

A expressão inserida na célula D9 foi:

- (A) =\$B\$3*C9
- (B) =\$B\$3*C6
- (C) =&B&3*C9
- (D) =&B&3*C6

20. No uso dos recursos do browser Firefox Mozilla, um funcionário de nível médio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pressionou um ícone, por meio do apontador do mouse, que tem por objetivo verificar o andamento dos downloads. A figura que corresponde a esse ícone é:

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 

ATUALIDADES

21. “Fazer parte de uma rede online pode ser difícil para algumas pessoas, porque, segundo Jones (1955), elas teriam que desenvolver uma *personalidade eletrônica*. Pesquisas realizadas por Palloff e Pratt (2002) demonstraram que, para essa personalidade existir, certos elementos precisam se manifestar”.

[CARVALHO, Jaciara de Sá. *Redes e comunidades: ensino-aprendizagem pela Internet*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2011, p. 64]

Nessa proposta, entre os elementos na construção dessa *personalidade eletrônica*, destaca-se a capacidade de:

- (A) expor a identidade real para preservar a relação online
- (B) estar atualizado para manter o processo comunicativo
- (C) agir com transparência evitando criar uma falsa imagem
- (D) lidar com questões emocionais pela forma textual

22. “A luta para acabar com a violência contra as mulheres, presente nas reivindicações desde os anos 1970, tem encontrado muitos obstáculos. Não têm faltado esforços nessa direção; estes, entretanto, esbarram em permanências culturais difíceis de modificar. [...] Mas, em 7 de agosto de 2006, foi sancionada a Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 174-175]

O texto se refere a Lei:

- (A) Maria da Penha
- (B) Daniella Perez
- (C) Carolina de Jesus
- (D) Carolina Dieckmann

23. “Os artefatos e as práticas da biotecnociência são percebidos como uma espécie de Jano de duas faces: uma prometedora e outra ameaçadora e a percepção pública dessas práticas está determinada por crenças, visões de mundo e ideologias, muitas vezes incomensuráveis entre si e nem sempre legítimas para sociedade como um todo”.

[Schramm, F.R. In: NAVARRO, Marli B.M. de A. et. al. *Inovação tecnológica e as questões reflexivas do campo da biossegurança*. *Revista estudos avançados*. n.28. v.80, 2014, p.224]

Nesse contexto, o princípio que se define como a diretriz que busca regular a participação do conhecimento técnico e científico e o conhecimento do senso comum na previsão e no combate a ameaças à saúde humana ou a degradações ambientais potencializadas por tecnologias, é o:

- (A) demarcatório
- (B) precautório
- (C) regulatório
- (D) combinatório

24. "Globalização é a metáfora de nossos dias que exprime condição econômica e cultural. Promove a hegemonia do capitalismo e de percepções neoliberais, anunciando uma escatologia que consagra novos moldes de soberania, de relações humanas e idiosincrasias. Na verdade, trata-se de uma palavra que não transmite respostas, mas aponta inseguranças, acontecimentos inesperados, imprevistos no que concerne aos resultados, acontecimentos que se tornam alheios à intenção do homem. Essa desordem causada pela globalização favorece o desenvolvimento da nova forma de economia e sociedade".

[PAIANO, Daniela Braga, *et al.* As alterações sofridas pelo meio ambiente face à evolução da economia e da sociedade: seus reflexos no plano internacional. *Hiléia: Revista do direito ambiental da Amazônia*, n. 16, jan./jun., p. 62, 2011]

Um dos efeitos do processo descrito acima é a:

- (A) redefinição dos parceiros econômicos regionais
 - (B) criação do Estado de bem estar social
 - (C) diminuição do poder do Estado
 - (D) estagnação dos movimentos separatistas
25. "Na teoria democrática, a noção de cidadania está ancorada na definição legal de direitos e obrigações que a constituem. Há dois eixos-chaves no debate ideológico, teórico e político: a natureza dos 'sujeitos' e o conteúdo dos 'direitos'".

[JELIN, Elizabeth. Cidadania e Alteridade: o reconhecimento da pluralidade. In: ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Cidadania. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN. 2006, p. 17]

O primeiro eixo tem como referente original a seguinte visão:

- (A) corporativista
- (B) fundamentalista
- (C) coletivista
- (D) individualista

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente que é vedado ao servidor público:
- (A) participar de iniciativas que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum
 - (B) fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros
 - (C) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos e outros que visem a obter quaisquer favores ou vantagens indevidas
 - (D) exercer com estrita moderação as prerrogativas funcionais que lhe sejam atribuídas, abstendo-se de cometer excessos

27. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro prevê expressamente como dever do servidor público:

- (A) facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito
- (B) comunicar, em até 10 (dez) dias, aos seus superiores, todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público
- (C) apresentar-se ao trabalho, de segunda a quinta-feira, com vestimentas leves e adequadas
- (D) utilizar as redes sociais para divulgar iniciativas relevantes do Poder Público

28. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal do Rio de Janeiro estabelece expressamente que:

- (A) o servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, evitando, sempre que possível, agir com imprudência, negligência ou imperícia
- (B) o servidor que trabalha em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus superiores hierárquicos, colabora para um ambiente de trabalho digno
- (C) a sociedade não pode crescer ou estabilizar-se sobre o poder corruptivo, da opressão ou da mentira, que sempre aniquilam o devido processo legal substantivo
- (D) a ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas

29. Segundo o Código Penal Brasileiro, a conduta de apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, caracteriza crime de:

- (A) prevaricação
- (B) corrupção passiva
- (C) peculato
- (D) concussão

30. A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), prevê expressamente que constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

- (A) perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza
- (B) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir para a sua aplicação irregular
- (C) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem imóvel ou serviço por preço superior ao de mercado
- (D) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia inidônea

PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

31. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, terão precedência na destinação de subvenções ou transferências à conta do orçamento municipal ou de outros auxílios de qualquer natureza, ficando, em caso de recebimento, sujeitas à prestação de contas:
- (A) as fundações e associações prestadoras de serviços de utilidade pública, como tal reconhecidas pelo Poder Público, na forma da lei
 - (B) as autarquias e associações prestadoras de serviços de utilidade pública, como tal reconhecidas pelo Poder Público, na forma da lei
 - (C) as sociedades de economia mista e associações prestadoras de serviços de interesse social, como tal reconhecidas pelo Poder Público, na forma da lei
 - (D) as autarquias e associações prestadoras de serviços de interesse social, como tal reconhecidas pelo Poder Público, na forma da lei
32. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, sobre o regime da concessão, permissão ou autorização de serviço público, e o caráter essencial desses serviços, é possível afirmar que:
- (A) a portaria disporá sobre tal regime, quando assim o determinar a legislação federal, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão, permissão ou autorização
 - (B) o decreto legislativo disporá sobre tal regime, quando assim o determinar a legislação federal, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão, permissão ou autorização
 - (C) a lei delegada municipal disporá sobre tal regime, quando assim o determinar a legislação federal, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão, permissão ou autorização
 - (D) a lei complementar disporá sobre tal regime, quando assim o determinar a legislação federal, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão, permissão ou autorização
33. De acordo com o expressamente disposto na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é vedado ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de previdência social para ocupantes de cargo em comissão
 - (B) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de previdência social para ocupantes de cargo eletivo
 - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria absoluta dos membros do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
 - (D) alienar áreas e bens móveis ou imóveis sem a aprovação da maioria dos membros do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
34. De acordo com o disposto expressamente na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, o Município concederá especial proteção às microempresas e empresas de pequeno porte, como tais definidas em lei, as quais receberão tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, preservação e desenvolvimento, através de eliminação, redução ou simplificação, conforme o caso de:
- (A) suas obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas
 - (B) suas obrigações administrativas, tributárias e trabalhistas
 - (C) suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias
 - (D) suas obrigações fiscais, tributárias e orçamentárias
35. De acordo com o expressamente disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, o retorno ao serviço do funcionário em disponibilidade denomina-se:
- (A) aproveitamento
 - (B) reversão
 - (C) ascensão
 - (D) readmissão
36. De acordo com o expressamente disposto no Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, são competentes para autorizar a realização de despesas e emissão das notas de empenho à conta de dotações orçamentárias e créditos adicionais, entre outros:
- (A) o chefe de gabinete do prefeito e as autoridades indicadas na Constituição Estadual
 - (B) o presidente do Tribunal de Justiça e o secretário de orçamento
 - (C) o prefeito e o presidente do Tribunal de Justiça
 - (D) o chefe de gabinete do prefeito e os secretários municipais

37. De acordo com o expressamente disposto no Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro, as despesas realizadas no interesse da segurança do Município e da manutenção da ordem política e social denominam-se:
- (A) despesas extraordinárias
 - (B) despesas de caráter reservado
 - (C) despesas de caráter secreto
 - (D) despesas urgentes
38. De acordo com o expressamente disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, os atos administrativos da Câmara Municipal serão instituídos, entre outros, por:
- (A) resoluções "H", para atos de recursos humanos
 - (B) ordens de serviço
 - (C) resoluções "P", para atos de prazos
 - (D) resolução de serviço
39. De acordo com o expressamente disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, as contas da Mesa Diretora da Câmara Municipal serão compostas de:
- (A) balancetes mensais, com relação dos recursos recebidos e aplicados e balanço anual geral
 - (B) balancetes anuais, com relação dos recursos recebidos e aplicados e balanço mensal
 - (C) balancetes anuais, com relação dos recursos recebidos e aplicados e balanço trimestral
 - (D) balancetes mensais, com relação dos recursos recebidos e aplicados e balanço semestral
40. De acordo com o expressamente disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o líder é o vereador escolhido:
- (A) pela maioria absoluta dos componentes da bancada do partido e indica um vice-líder para cada cinco vereadores, ou fração, os quais o substituirão nas suas faltas ou impedimentos, de acordo com a ordem de indicação
 - (B) pela maioria simples dos componentes da bancada do partido e indica im vice-líder para cada dez vereadores, ou fração, os quais o substituirão nas suas faltas ou impedimentos, de acordo com a ordem de indicação
 - (C) por três quintos dos componentes da bancada do partido e indica im vice-líder para cada oito vereadores, ou fração, os quais o substituirão nas suas faltas ou impedimentos, de acordo com a ordem de indicação
 - (D) por dois terços dos componentes da bancada do partido e indica um vice-líder para cada seis vereadores, ou fração, os quais o substituirão nas suas faltas ou impedimentos, de acordo com a ordem de indicação

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41. O policiamento interno e externo do edifício da Câmara Municipal compete privativamente ao seguinte órgão:
- (A) Secretaria de Segurança Pública
 - (B) Mesa Diretora da Câmara
 - (C) Guarda Municipal
 - (D) Procuradoria da Câmara
42. Ficará sob a responsabilidade do corpo de policiamento cuidar para que não sejam ocupadas por outras pessoas as tribunas reservadas, aos seguintes credenciados pela Mesa Diretora para o exercício de sua profissão:
- (A) jornalistas
 - (B) professores
 - (C) advogados
 - (D) médicos
43. No edifício da Câmara Municipal é permitido o porte de armas para a seguinte autoridade:
- (A) Procurador Geral da Câmara
 - (B) Presidente da Mesa Diretora
 - (C) Vereador
 - (D) Corpo de policiamento
44. Caso os espectadores se manifestem no plenário e o corpo de policiamento não consiga, mesmo que empregando a força, promover a retirada dos infratores do Edifício da Câmara, o Presidente poderá:
- (A) aplicar multa aos manifestantes
 - (B) determinar a prisão administrativa dos líderes
 - (C) suspender a sessão
 - (D) mandar lacrar o Plenário
45. A Mesa Diretora poderá mandar prender em flagrante qualquer pessoa que estiver agindo da seguinte forma:
- (A) perturbando a ordem dos trabalhos
 - (B) assistindo a sessão em local reservado ao corpo consular
 - (C) portando cartazes a favor da aprovação de projeto de lei
 - (D) trajando camisetas com dizeres de apoio a oposição
46. O auto do flagrante será assinado pelo Presidente e duas testemunhas após ser lavrado pela seguinte autoridade:
- (A) Primeiro Secretário da Mesa Diretora
 - (B) Vice-Presidente da Mesa Diretora
 - (C) Presidente da Comissão de Constituição e Justiça
 - (D) Presidente da Comissão de Assuntos dos Servidores

47. Conforme dispõe o Regimento Interno, caso o Vereador cometa, dentro do Edifício da Câmara Municipal, excesso que deva ser reprimido, a Mesa Diretora tomará conhecimento do fato e o relatará ao Plenário para este deliberar a respeito, em sessão:
- (A) imediatamente posterior
 - (B) especialmente convocada
 - (C) ordinária com quorum privilegiado
 - (D) secreta
48. Ao editar as leis, o Poder Legislativo nem sempre possibilita que sejam elas executadas. Cumpre, então, ao Poder Executivo criar os mecanismos de complementação das leis indispensáveis a sua efetiva aplicabilidade, por meio da edição de:
- (A) atestados
 - (B) pareceres
 - (C) regulamentos
 - (D) alvarás
49. O princípio segundo o qual o administrador público não deve dispensar os preceitos éticos, que devem estar presentes em sua conduta, é o da:
- (A) publicidade
 - (B) legalidade
 - (C) impessoalidade
 - (D) moralidade
50. Quanto ao conceito de organização da Administração, pode-se afirmar que a Câmara de Vereadores deve ser considerado como órgão:
- (A) auxiliar do Tribunal de Contas do Município
 - (B) autárquico
 - (C) da administração direta
 - (D) sociedade de economia mista
51. O ato de nomeação dos aprovados no concurso de Inspetor de Segurança é, segundo o critério dos destinatários, um ato administrativo:
- (A) geral
 - (B) individual
 - (C) discricionário
 - (D) composto
52. Segundo o critério da forma de exteriorização, o ato que serve para que a Administração organize sua atividade e seus órgãos é espécie do seguinte ato administrativo:
- (A) atestado
 - (B) alvará
 - (C) decreto
 - (D) ordem de serviço
53. O instrumento jurídico por meio do qual a Administração Pública promove a retirada de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade é o da:
- (A) revogação
 - (B) anulação
 - (C) convalidação
 - (D) caducidade
54. É exemplo de ato classificado como declaratório, quanto à forma de exteriorização, o seguinte:
- (A) ofício
 - (B) certidão
 - (C) circular
 - (D) resolução
55. A característica do ato de polícia administrativa segundo a qual a Administração tem o poder de usar a força, caso necessária para vencer eventual recalcitrância, é a da:
- (A) autoexecutoriedade
 - (B) coercibilidade
 - (C) legitimidade
 - (D) vinculação
56. O princípio da proporcionalidade figura como necessário à validade do ato de polícia administrativa, devendo existir uma linha proporcional entre os meios empregados e os fins pretendidos. Não havendo proporcionalidade entre a medida adotada e o fim a que se destina, a autoridade administrativa incorrerá em:
- (A) ilegalidade
 - (B) omissão administrativa
 - (C) abuso de poder
 - (D) ato criminoso
57. Coagir subordinados com objetivo de natureza político-partidário é conduta proibida ao servidor público, a ser punida com:
- (A) prisão administrativa
 - (B) advertência
 - (C) repreensão
 - (D) suspensão
58. Será passível da pena de demissão o servidor público que, durante o período de 12 meses, faltar ao serviço, interpoladamente e sem justa causa, por:
- (A) 20 dias
 - (B) 60 dias
 - (C) 30 dias
 - (D) 45 dias
59. Após a publicação do ato de designação da Comissão, e a contar do dia imediato a ela, começa a correr o prazo para a conclusão do processo disciplinar. Caso não haja nenhuma prorrogação, tal processo deve estar concluído no seguinte prazo máximo definido em lei:
- (A) 30 dias
 - (B) 120 dias
 - (C) 90 dias
 - (D) 60 dias

60. Um Inspetor de Segurança da Câmara de Vereadores, do gênero masculino, aposenta-se compulsoriamente ao atingir a seguinte idade:
- (A) 70 anos
 - (B) 75 anos
 - (C) 65 anos
 - (D) 60 anos
61. Praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la, é tipo penal punido com a seguinte pena:
- (A) reclusão, de um a cinco anos
 - (B) reclusão, de três a seis meses
 - (C) detenção, de um a quatro anos
 - (D) detenção, de seis meses a três anos
62. O controle realizado pelo Poder Legislativo por meio da instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito é uma espécie de controle:
- (A) patrimonial
 - (B) financeiro
 - (C) político
 - (D) operacional
63. Retardar, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse pessoal configura o seguinte crime:
- (A) peculato
 - (B) concussão
 - (C) prevaricação
 - (D) contrabando
64. Julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo é uma competência exclusiva do seguinte órgão:
- (A) Congresso Nacional
 - (B) Senado Federal
 - (C) Tribunal de Contas da União
 - (D) Controladoria Geral da União
65. No que se refere à aplicação do torniquete para estancar a hemorragia de uma extremidade, é correto afirmar que:
- (A) deve ser mantido coberto para evitar infecção secundária na vítima ou contaminação do socorrista
 - (B) deve ser utilizado quando a compressão direta ou o curativo compressivo não consiga solucionar o problema
 - (C) está em desuso pelo risco de complicações por lesão nos nervos e nos vasos sanguíneos locais
 - (D) deve ser mantido pouco apertado para não bloquear o fluxo sanguíneo arterial local
66. No atendimento a vítima de trauma torácico aberto, a primeira providência a ser tomada é:
- (A) deitar a vítima para facilitar a respiração
 - (B) lavar o local com água corrente, evitando, assim, maior contaminação da lesão
 - (C) ocluir a lesão com o objetivo de evitar a entrada de ar pelo ferimento
 - (D) elevar os membros inferiores da vítima para facilitar a circulação
67. Na fratura fechada e desalinhada de osso longo, deve-se:
- (A) colocar gelo no local e não imobilizar, uma vez que a fratura está desalinhada
 - (B) realinhar a fratura bem lentamente e imobilizar o local atingindo a articulação acima e abaixo da lesão
 - (C) colocar gelo sobre a área em desalinhamento e fazer curativo compressivo antes de imobilizar apenas o local da fratura
 - (D) imobilizar o local, atingindo a articulação acima e abaixo da lesão, sem realinhar a fratura
68. No que se refere às queimaduras químicas, é correto afirmar:
- (A) as lesões de 3º e 4º graus são as mais dolorosas por serem mais graves
 - (B) o atendimento inicial deverá ser lavar o local afetado abundantemente com água corrente
 - (C) deve-se furar as bolhas e retirar o tecido necrosado do local da lesão para evitar sequelas
 - (D) a área corporal afetada não tem relevância na avaliação da gravidade desse tipo de lesão
69. Perda momentânea da consciência com alteração da memória após traumatismo cranioencefálico sem lesão de tecido cerebral. Essa é a definição de:
- (A) contusão cerebral
 - (B) crise convulsiva
 - (C) concussão cerebral
 - (D) edema cerebral
70. Para a avaliação da eficácia das massagens cardíacas realizadas em adulto vítima de parada cardiorespiratória, utiliza-se preferencialmente o pulso:
- (A) carotídeo
 - (B) radial
 - (C) pedioso
 - (D) braquial